

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUSA OUTERELO - A saída principal era a única, não tinha um plano, uma rota de fuga, não tinha outro. Eu sabia que se eu abandonasse a minha mãe ali, como foi feito... eu abandonei minha mãe para a morte, porque eu sabia que ela não ia sair dali. Mas, mesmo assim, eu desci, me informaram que ela estava no Quinta D'Or, fomos lá para o Quinta D'Or e existia uma lista, minha mãe estava no Quinta D'Or. Sorte que nós tínhamos um amigo médico no Quinta D'Or, ele subiu as CTs e viu que ela não estava lá. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Na verdade, o nome da mãe do senhor estava na lista do Quinta D'Or, mas ela não estava lá.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUSA OUTERELO - No Quinta D'Or. Em momento algum ela saiu do Hospital. Ai, nós pedimos uma... que levasse a sério aquela situação. Ai veio uma assistente social com uma lista oficial. Dentre essa lista oficial, tinham três pacientes, eram 22 que estavam lá, e entre elas três que tinham sido levadas para um outro hospital. Ai eu perguntei se minha mãe estava ali, se o nome da minha mãe ali estava. Ou seja, uma outra mentira, porque minha mãe não chegou a sair do Hospital. Ai, ela falou assim: foi redirecionada para onde? Para o Hospital São José. Ai fomos todos para lá, para o Hospital São José. Também não estava. Quando, na realidade, aquele momento que já passava da... minha mãe já estava no IML. Minha mãe já estava no IML.

Relato do filho da vítima Sr Alexandre Coutinho, demora no resgate, início do incêndio às 17:45, somente às 19:30 o paciente foi resgatado.

O evento começou, me parece, às 17 horas. Às 19h33 o meu pai estava dentro do Hospital Badim, disse inclusive para minha irmã, se não me engano numa das primeiras ligações, que ele tentou sair, pediu para sair e foi impedido de caminhar pelo Hospital, possivelmente pelos procedimentos de segurança que também não nos cabe agora julgar, mas o que eu soube foi isso.

Então, às 22h45 ele foi entubado no Quinta D'Or. O que aconteceu? No dia seguinte, nós começamos a ter um grande retorno com o Hospital Quinta D'Or e com a Amil, porque eles tentaram desesperadamente transferir meu pai para o Hospital Vitória, porque, em tese, apesar do plano de saúde dele ser um bom plano da Amil, se não me engano Amil 40, não tinha cobertura no Quinta D'Or, porque é Rede D'Or, como o colega aqui falou. Então, queriam conduzi-lo para o Hospital Vitória. Segundo o Quinta D'Or que me ligava, isso era uma determinação do Badim, porque o Badim estava ameaçando não pagar os procedimentos, agora vejam vocês, ameaçando não pagar os procedimentos do meu pai quando ele não pediu nem para sair do Badim, então não teria o menor cabimento. E eu não me preocupei com isso, porque tecnicamente, até por ser advogado, eu já sabia que eles não poderiam fazer nada, briguei muito com eles, só que a covardia foi a seguinte: eles ligaram para a mulher do meu pai, ligaram para mim, ligaram para minha irmã, porque eles tentaram uma autorização com alguém que tivesse mais emocionalmente abalado e que pudesse autorizar essa covardia. Entrei em contato com um amigo que é médico e, pelo fato do meu pai ter 77 anos, estar entubado, queimaduras de via aérea, fazendo uso de noradrenalina, se não me engano, esse médico sem ver o meu pai falou: "essa transferência é um homicídio, não permita que façam isso com seu pai". Por quê? A via aérea toda comprometida, ele entubado, se por acaso no caminho do outro Hospital aquele tubo saísse não iria mais conseguir voltar. Ele morreria. Então, esse foi o primeiro processo de estresse grave que nós vivemos na família com relação a isso. Às 7h33 da noite eu recebi a última ligação da Amil, através do telefone 3501-1000, pedindo a transferência do meu pai, numa sexta-feira, dia 13 de setembro. Eu disse a eles que não autorizava a transferência, que não me obrigassem a ir a um plantão judiciário, porque eu iria tranquilamente. Pronto. Acabou o problema da transferência. Optaram por deixar o meu pai lá no Hospital. Ele faleceu no dia 08/09. Ele deu entrada no Hospital no dia 12. Só para vocês terem uma ideia, encurtando um pouco, o laudo de necropsia que foi dado pelo Instituto Médico Legal definiu a causa mortis do meu pai como broncopneumonia subseqüente à intoxicação por monóxido de carbono e queimadura de via aérea. Está aqui a certidão de óbito, se quiserem tirar uma cópia, ou seja, totalmente relacionada ao evento a morte do meu pai. Não temos desculpas.

Deixar claro a causalidade porque ali, realmente, a gente ia ter uma briga feia, e até hoje, simplesmente, não se tem notícias. Ela disse que ia fazer uma reunião com a diretoria do Hospital porque, segundo ela, o caso do meu pai seria um caso mais específico porque já há um laudo do IML constatando efetivamente a causa mortis, porque ele estariam até então aguardando todos esses laudos e essas perícias a serem realizadas nas vítimas para descobrir se efetivamente a cada vítima teria sido vítima do Badim ou das suas comorbidades naturais. E me parece que a doutora que é médica do IML deixou bem claro aqui, o que é óbvio, não precisa nem ser médico, nem advogado, nem engenheiro, não precisa ser nada para entender que, obviamente, o cara que sofre um trauma desse e vem a óbito, por mais que seja pela sua própria doença, é claro que há uma ligação.

Depoimento advogado do hospital:

- O Hospital tinha licenciamento do Corpo de Bombeiros, desde a sua abertura, e esse licenciamento não possui prazo de validade. Hoje, com o novo COSCIP, que é o novo código de proteção quanto à segurança de incêndio e pânico, essas autorizações possuem dois anos para funcionar.

rmação por escrito, mas no horário onde aconteceu o incêndio o gerador estava funcionando, até por isso que o incêndio se iniciou porque o gerador estava funcionando e o defeito aconteceu no gerador. O SR. - O Hospital tinha uma brigada de incêndio, alguma equipe especializada pra... O SR. BERNARDO KAIUCA - O Hospital tinha mais de cem funcionários que já tinham sido submetidos ao treinamento brigadista e no momento do incêndio - o número, se não me engano, é 33 - nós tínhamos 33 funcionários treinados, que tinham sido submetidos a treinamento de brigadista, dentro do Hospital, naquele momento.

Depoimento do Hospital sobre os geradores

A utilização desse gerador estava em dia a manutenção?

O SR. FABIO SANTORO - Sim, se encontrava em dia. Algumas, só um pequeno aparte, algumas informações eu vou ser muito claro e vou ter certezas e apresentar claramente, porque eu participo do dia a dia da empresa. Existem fenômenos de natureza muito peculiar que eu não saberia dizer e, aí, a gente tem tudo isso um arazoado aqui e tem um consultor para fazê-lo. Ele pode dizer, falar para mim e eu vou repassar. Mas o fato é: o gerador estava em dia, ele se encontrava em dia, com as suas revisões periódicas, e documentação também concernente à sua utilização.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Nessa revisão, ela é uma revisão tipo de carro? Perdão, só um instantinho, deixa eu concluir. Você leva o técnico lá, o técnico pega e fala: isso daqui tem que trocar, isso daqui tem que trocar, isso daqui tem que trocar. Igual a um carro. Tem que trocar pastilha de freio, isso, aquilo, aquilo outro. Você autoriza? Então, nesse aspecto, existiu alguma negativa do Hospital em fazer a manutenção preventiva desse equipamento diante das revisões que possivelmente foram realizadas?

O SR. FABIO SANTORO - Absolutamente, não havia nenhum tipo de senão em relação à manutenção do aparelho. O aparelho era conduzido periodicamente, com avaliações regulares da própria empresa que o concebeu, vamos dizer assim, e ele estava lá em funcionamento...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - O próprio fabricante? Desculpa.

O SR. FABIO SANTORO - Isso. Ele participa disso, ele faz questão ... Na verdade, isso é uma questão contratualmente determinada, mas o Hospital também tem um corpo de profissionais de manutenção que operam o gerador, fazem ele entrar em funcionamento, fazem ele entrar ... e eles são capazes de se comunicar o tempo todo, são coordenados por uma engenharia de manutenção, ou seja, não é um fenômeno de menos importância. Existe um grupo de engenharia de manutenção. Ele trata da parte predial e da parte elétrica, gerador, etc. Esses são fenômenos de garantia da segurança da assistência, lembrando que o Badim Hospital tem a creditação em nível máximo nacional, e esse acompanhamento era feito periodicamente com o aval da engenharia que responde por esse segmento. Na necessidade de qualquer tipo de ajuste, troca, conserto e qualquer tipo de, vamos dizer assim, manutenção corretiva, a gente também, na verdade, uma relação direta, inclusive com as substituições. Então, o gerador passa por ... tem um prontuário, como qualquer coisa, qualquer produto dentro do Hospital, desde um ventilador, um monitor cardíaco, um aparelho para cirurgia, de acompanhamento, com as suas revisões processuais preventivas periódicas e as corretivas são aquelas que a gente traz à luz da participação daquele que fornece as peças e os insumos, que é o próprio produtor do aparelho. Então, isso tudo estava em dia. E com revisão recente, inclusive. Quer dizer, então...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Vocês, provavelmente, fizeram alguma perícia interna, publicizou a questão de vocês, mas para determinação desse fato.

O SR. FABIO SANTORO - Excelência, não sei se é de seu conhecimento, de vosso conhecimento, mas existem avaliações que são de natureza pública, periciais, inclusive, e que ainda estão no seu momento de conclusão. Nós não temos a formalização em relação ao que ... quais são os fenômenos conclusivos em relação ou as informações conclusivas em relação a esse laudo pericial. Nós temos debatido frequentemente, dentro da própria natureza da empresa, mas existe uma formalização de investigação pública pericial que ainda não foi concluída e não chegou às nossas mãos.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Tudo bem. Se você tivesse dois imóveis: um pegou fogo, eu ia querer saber por que para evitar no segundo. Imagino que isso tenha sido realizado de alguma forma. O SR. FABIO SANTORO - Sim, investigações particulares nós não fizemos, até porque nós estamos aguardando as conclusões que as pessoas envolvidas diretamente, mais qualificadas, ainda não nos apresentaram.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Então, vocês não concluem que foi erro do gerador. O SR. FABIO SANTORO - É, existem alguns fenômenos de natureza processual. Tem vários fenômenos que vão concorrer com o funcionamento do gerador. A gente não sabe, posso citar aqui, pode ter, por exemplo, flutuações da rede de energia. Elas podem modificar com carga e sobrecarga, podem modificar o funcionamento do gerador. Ai, eu não estou qualificado para falar sobre isso. A gente precisa ouvir primeiro uma definição final, que é pericial, e a gente não tem.

Porque esse gerador tinha que prever disjuntor, sobrecarga. É óbvio que o gerador tem que prever, porque qualquer rede elétrica é, ao mesmo tempo, ida e volta. Então, assim, ele tem algum equipamento de proteção para esse tipo de sobrecarga, tem filtro de linha necessariamente. Então, se alguma coisa não deu errado, eu queria que você me dissesse.

Vítimas iniciais:

Foram dez, imediatamente, e houve um décimo primeiro caso, ao todo onze no primeiro momento. A primeira coisa é abordar essas famílias. Era um fim de semana, as famílias que estavam aguardando a finalização das informações sobre a questão médico-legal ligada ao IML. Nós colocamos um grupo dentro do Hospital, numa sala específica, que foi o gabinete de crise, com a instituição de um sistema de e-mail e WhatsApp para nos comunicarmos com todas as famílias, não só dos casos de óbitos, mas também dos casos que haviam sido transferidos para outros hospitais.

Relato dos bombeiros

O SR. - Deputado, como eu disse, nós não tivemos a oportunidade de constatar se havia brigada treinada ou se havia propriamente a brigada. Nós chegamos e fizemos o nosso trabalho e não tivemos um contato prévio ou concomitante com o nosso trabalho e com nenhum tipo de brigadista. Nós tivemos, sim, um trabalho em conjunto com os funcionários do Hospital. O que foi muito efetivo e nos auxiliou muito, porque ninguém melhor do que ele para conhecer as dependências daquela edificação. Mas com relação à brigadista profissional, nós não tivemos esse contato: bombeiros civis, como todos conhecem. Nós não tivemos contato com nenhum tipo bombeiro civil, então, nós não podemos constatar se havia um treinamento, se eles eram treinados, qual a capacidade técnica tanto dos brigadistas civis, se é que existiam ou da brigada orgânica, que é constituída pelos funcionários dos hospitais.

O SR. - Com relação à exigência, tem sim, mas não é num tempo de aplicabilidade direto ao caso concreto, aí me recordo que é o Decreto 35.671. Salvo engano, é de 2004, e ele para determinadas características ocupacionais, estruturais, essa medida de bombeiro, profissão civil é uma medida aplicável. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Era o caso? O SR. - Não. Não era o caso, não Senhor.

Relato delegada sobre o licenciamento do hospital

A SRA. CARINA BASTOS - Tenho juntado aqui nos autos um depoimento e ele afirma que foram feitas várias vezes inspeções com relação a ... Ele é o representante legal da Hidro Sistemas Contra Incêndio. E, com relação a essa aprovação do Corpo de Bombeiros, ele fala que foi o projeto submetido ao Corpo de Bombeiros em 2017, e foi indeferido. E, em 2018, novamente indeferido e gerou uma consulta para o Corpo de Bombeiros esse indeferimento. Então, com relação a essa obra, para indenização, não consta aqui para nós que tenha uma licença, uma autorização. Até agora, estou nessa dúvida. Até porque, o outro certificado que eu tenho aqui, foto do inquérito, dizem que está indeferido. Então, para mim, o que consta é que não tem... O SR. - Essa Hidro Sistema é a empresa que fez o projeto estrutural da reforma? A SRA. CARINA BASTOS - É. Ele até acho que largou, desistiu de atuar porque era indeferido e não foi feita a reforma cumprindo a exigência.

Confirmado pelo Hospital obra de modernização prédio antigo

O SR. CORONEL SARMENTO - Só tentar um esclarecimento. Parece que não está sendo muito clara essa questão de certificado de aprovação. Pelo que nos consta, existiam dois certificados de aprovação. Um, de 2000, em função do projeto aprovado de 98, e o novo, do prédio novo, que não contempla interesse do prédio antigo. Nós possuímos aqui e vamos pedir que o senhor peça realmente, para que fique mais documentado. Nós já temos ele aqui em posse. Então, o que talvez não esteja ficando bem claro é que o antigo talvez não tenha sido atualizado. Para ser de forma bem fácil o entendimento, nós usamos denominações diferentes, que eu vou pedir para o coronel Polito explicar. O que faltou foi uma modernização, digamos assim, desse certificado de aprovação de 2000. A partir do momento que o senhor faz modificações naquela edificação, ou seja, onde era - estou aqui criando hipótese, que eu não sei se é fato -, onde era o

gerador do terraço, foi para o subsolo; onde eram dez leitos, viraram vinte. Essas modificações devem ser apresentadas ao Corpo de Bombeiros, para que avaliemos o projeto, e aí sim seja emitido um novo certificado de aprovação, em função dessas movimentações. O que me parece é que, se houve - também não posso afirmar, porque eu não sei se houve -, se houve alguma modernização de obra ou alguma coisa na edificação antiga, não houve essa atualização do certificado de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - De fato, houve, porque, se teve um indeferimento é porque teve um fato gerador. Então, aqui chegamos à conclusão de que teve um fato gerador que causou um indeferimento, tanto no ano de 2017 como 2018.

A questão é: quando se faz uma apresentação de um projeto, aquele projeto é aceito, acatado, através de um laudo de exigências e depois ele recebe um certificado de aprovação, significa que aquelas medidas foram tomadas. No prédio antigo esse procedimento começou em 98 e no ano 2000, 2001, ele recebeu um certificado de aprovação. E o outro prédio, que é o prédio novo, que o primeiro prédio trata da numeração 388/390, o outro prédio trata de 394 até 402, a numeração do lado par da Rua São Francisco Xavier. Esse prédio novo, ele tem um laudo de exigência de 2016 e uma aprovação de junho de 2019... julho de 2019 - anterior ao incêndio, à aprovação. O que a gente relatou na ocasião da primeira pergunta de V. Exa. é que essa não provocação reside nisso que o Coronel Sarmento acabou de colocar. As atualizações, elas precisam ser objeto de análise nossa, mas através de uma provocação, que foi o termo que foi usado, do representante.

- Desde 2001. E todos nós passamos ali, o prédio passou por uma obra enorme de adequação do espaço físico, de enfeitas internas, ou seja, o Hospital Badim não provocou o Corpo de Bombeiros. Então estava funcionando com a documentação de 2001. Então, eu vou aqui ousar afirmar que estava em uma condição irregular perante o Corpo de Bombeiros. O SR.

O SR. FÁBIO SANTORO (?) - Só para terminar, é uma unidade predial que ficou ao nosso conhecimento sem operar por mais de dez anos. O SR. - Teve indiciamento por parte da polícia civil, algum dos responsáveis? O SR. - Agora eu não vou saber me colocar. Mas, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E vocês provocaram os bombeiros com relação a qualquer modificação ao prédio novo ... Não, não. O prédio novo, ele está vistoriado em 2019. A questão é a seguinte. O prédio antigo, que foi o que de fato pegou fogo, ele não teve a vistoria 2017 e 2018. O prédio novo teve 2019. A questão é a seguinte. O prédio antigo não tem o certificado de utilização. Até porque é óbvio que de 2001 a 2019 teve diversas modificações no prédio. Qualquer modificação, seja ela qual for, e é preciso passar por uma análise, pelo crivo do Corpo de Bombeiros, vocês provocam o Corpo de Bombeiros de alguma forma, até para ter a legalidade daquelas mudanças todas dentro da própria legislação. Eu quero saber se houve alguma provocação ao Corpo de Bombeiros, seja com a apresentação de projetos, seja com o ofício, seja com requerimento para que o Corpo de Bombeiros pudesse fazer uma análise dessa mudança dentro do Hospital? Houve a provocação para que o Corpo de Bombeiros tivesse lá fazendo esse tipo de diligência? O SR. BERNARDO KAIUCA (?) - Me desculpe, Deputado, mas eu não me recordo desse registro, não acredito que tenha esse registro. O SR. BRUNO DAUAIRE - Esse é um fato importante porque se não houve, Presidente...

- O prédio, a Dra. Carina, ela nos relatou que 2017/2018, pela empresa Hidro Sistema foi constatado um indeferimento de 2017 e 2018. O SR. RODRIGO AMORIM - De que prédio? O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A Dra. Carina consegue responder se foi o prédio novo ou o prédio antigo? O SR. BRUNO DAUAIRE - Acho que ele tem um número, não é? O SR. - Número 390, 384 e 392. O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - O prédio antigo. O SR. - Do número 390... São Francisco Xavier nº 390, 384 e 392, é o que consta aqui no despacho de indeferimento do Corpo de Bombeiros. O SR. - Ou seja, são dois números, é isso que eu estou entendendo? O SR. - É, porque são dois prédios, cada prédio tem três, quatro números, numa seqüência. O SR. - Então, espere aí, então a gente está falando que a Polícia Civil está dizendo que não teve licenciamento. O Badim fala que teve licenciamento e o bombeiro fala que ele não foi instado no prédio antigo. Tem alguma coisa enterrada aqui. O SR. - Rua São Francisco Xavier, aí a numeração do edifício são três números? 390 e 384 392, bairro Maracanã. O SR. BRUNO DAUAIRE - Quería saber se aquele prédio antigo estava legalizado ou não? De acordo com o Corpo de Bombeiros, esse é o interesse. O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, Deputado, o Hospital Badim acabou de nos dizer... O SR. - 402 é o antigo. O SR. RODRIGO AMORIM - Deputado Jorge Felipe, peça a atenção de V.Exa.: o Hospital Badim acabou de nos dizer que as reformas, as adequações feitas, não comprometeram o projeto original, qual seja aquele de 2001. Estou me referindo, por óbvio, ao prédio antigo. Depois, na seqüência, há um pedido de vistoria de provocação, que foi indeferido, então há uma contradição. Não, não, estou falando da... então, justamente, mas as intervenções, então, mudaram substancialmente o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não. E também os requerimentos com os deferimentos e indeferimentos junto ao Corpo de Bombeiros. Deputado Bruno Dauaire, quer acrescentar mais alguma coisa? O SR. BRUNO DAUAIRE - Não, eu preciso me despedir. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então vamos botar em votação isso aqui só para a gente poder terminar, e assim a gente já termina. Como é que vota o Deputado Bruno Dauaire? O SR. BRUNO DAUAIRE - Favorável, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Rodrigo Amorim? O SR. RODRIGO AMORIM - Favorável, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado Jorge Felipe Neto? O SR. JORGE FELIPPE NETO - Favorável. O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Informe ainda que, assim que nós tivermos esses documentos, eles poderão ser disponibilizados à 18ª DP para ajudar no inquérito policial pertinente. Pois não. O SR. - Na realidade, já foram juntados aos autos do inquérito

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, mais uma Questão de Ordem: gostaria que V.Exa. deliberasse aqui, como já anunciou, uma nova convocação para o Hospital Badim e que delibere também uma visita. Temos feito visitas-surpresa, com deliberação restrita. Mas que fique de forma clara e objetiva uma deliberação para que esta Comissão visite o Hospital como está hoje, porque talvez ali seja o ambiente e o momento oportuno para que a gente possa, não só embasado na documentação que voltar e seja carreada aos autos, mas que a gente possa verificar essas alterações em relação ao projeto original, que possamos verificar in loco essa passagem que foi colocada ali no meio de um prédio - um prédio e outro - de um prédio residencial. E que, se possível for, que essa vistoria desta Comissão seja acompanhada por óbvio pelo Corpo de Bombeiros e palavra 18ª Delegacia de Polícia.

## 7.2 - Incêndio da Whiskeria 4X4

Causa da morte dos bombeiros - relato dra Gabriela IML-

Mas os dois peritos que trabalharam no caso mantiveram a gente informada durante os procedimentos e as mortes foram semelhantes a outras que a gente comentou aqui: por inalação de gás, por queimadura de vias aéreas, que são morte por asfixia, ou seja, intoxicação por monóxido de carbono. Os peritos desse caso, eles optaram por colher sangue para avaliação quanto à presença de cianeto, inclusive, que é um gás proveniente de queimas, o cianeto de hidrogênio, é um gás tóxico em incêndios, por queima de plásticos e outros componentes que poderiam estar no local; e é uma coisa que